

A CRIAÇÃO DE UM MUSEU DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO PÓS-NACIONALIZAÇÃO

THE SETTING UP OF A GERMAN IMMIGRATION MUSEUM AFTER NATIONALIZATION

Roswithia Weber¹

Resumo: O artigo analisa o processo de criação de um museu de imigração alemã, no final da década de 1950, no contexto da pós-nacionalização, no Rio Grande do Sul. Para tal, relaciona-se identidade local, identidade étnica, memória e patrimônio cultural na cidade de São Leopoldo. Busca-se evidenciar como a conjuntura do pós - nacionalização, bem como as diretrizes culturais do Estado, influenciaram na forma de criação do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Palavras-chave: Nacionalização. Museu. Imigração alemã.

Abstract: This paper analyzes the establishment of a German immigration museum in the late 1950s, in the post nationalization context, in Rio Grande do Sul state. In this context it is related the local identity, the ethnic identity, the memory and the cultural heritage in São Leopoldo city. The aim of this paper is to show how the post nationalization situation, as well as the cultural guidelines of the state, influenced the creation of Visconde de São Leopoldo Historical Museum.

Keywords: Nationalization. Museum. German immigration.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, situado na cidade de São Leopoldo, localizada ao norte de Porto Alegre, é abordada considerando o cenário de pós-nacionalização e pós Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente se analisará como a nacionalização alterou o processo de construção da identidade local vinculado ao referencial étnico alemão. Posteriormente, enfoca-se a retomada desse referencial para pautar a reconstrução do patrimônio

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006). Professora da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS), atuando nos cursos de História e Turismo e no Curso de Especialização em Comunicação e Memória do Brasil Contemporâneo.

cultural destruído, bem como para propor a criação do referido museu. Utilizam-se como fontes, além das bibliográficas, jornais locais e regionais e fontes orais. Estas fontes serão articuladas a partir da relação entre identidade local, identidade étnica, memória e patrimônio cultural.

MUDANÇA NO REFERENCIAL DA IDENTIDADE LOCAL NO CONTEXTO DA NACIONALIZAÇÃO

Em 1937 foi instituído o Regime autoritário denominado Estado Novo. O mesmo teve duração até 1945 e apresentou como um de seus princípios uma política nacional cuja base estava na ideologia de que o Estado e a Nação constituíam uma unidade indissolúvel. Nesse contexto, foram instauradas políticas que visavam, em curto prazo, à homogeneização da identidade nacional. Inicialmente, as escolas foram alvos dessa política, com o objetivo de se nacionalizar o ensino (KREUTZ, 1991). Outra medida foi a integração econômica das regiões coloniais (ROCHE, 1969).

Esse foi o momento em que a identidade da cidade de São Leopoldo precisou ser alterada na forma como era representada até então. Desde 1924, quando se comemorou o centenário da imigração alemã no estado, o dia 25 de Julho passou a ser expressão do grupo étnico alemão. Esta data que marca a chegada da primeira leva de imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul (Província de São Pedro do Rio Grande), na então fundada Colônia de São Leopoldo, hoje município de São Leopoldo, servia para representar a cidade com o progresso resultante do trabalho da população imigrantista. Localmente, as formas de festejo contribuíram para a cristalização da imagem da cidade relacionada à presença dos imigrantes alemães. A passagem das comemorações do 25 de Julho era o momento propício para a manifestação identitária alemã. O que foi expresso, por exemplo, através da construção da Praça do Centenário e do Monumento ao Imigrante, em 1924. O patrimônio cultural demarca o vínculo da cidade com a imigração alemã.

Conforme Godinho (2006, p.10), “O Patrimônio resulta de uma construção, ainda que procure a justificação na História. Se bem que assente em determinado território, não pode ser entendido como um ‘dado’”. O autor destaca a importância de se analisar o patrimônio como resultado de um projeto. Nesse sentido, analisa-se a relação do grupo étnico alemão com o processo de produção do patrimônio em São Leopoldo.

Entende-se que a identidade local construída está ligada ao grupo étnico alemão à medida em que atua como uma organização social que reivindica atribuições

étnicas para caracterizar o seu grupo, bem como outros grupos. Os limites étnicos implicados na relação que se dá no contato com o “outro” (BARTH,1998), atuam na configuração da identidade étnica.

Com o processo de nacionalização já mencionado, a comemoração desta data foi perdendo força, pois passou a ser vista como negação da brasilidade. De forma geral, nos anos pós 1937, observa-se a supressão das comemorações do 25 de Julho e, mesmo quando a sua passagem era lembrada, a ela era atribuído outro sentido (WEBER, 2004). Então, a festa relacionada ao dia, enquanto “lugar de memória” (NORA, 1993), onde se dava a recomposição do passado pela memória coletiva, deixou de ser vivenciada como tal.

No ano de 1942, o rumo dos acontecimentos internacionais tornam mais distante a possibilidade de redutos ligados a descendentes de alemães, ou mesmo de a municipalidade, comemorem o 25 de Julho. Conforme Gertz (1991, p.68), “a repressão [...] se generaliza e brutaliza em 1942 com o afundamento dos navios brasileiros e a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha”.

É a partir daí que a identidade local, sempre pautada pelo marco étnico da imigração alemã, deixa de ser bem-vinda, e é preciso apagar essa parte da memória local. Os símbolos da identidade local, antes utilizados para propagandear a cidade, seja em postais ou em edições comemorativas, não eram mais produzidos com o mote da identidade étnica alemã.

No dia 12 de março de 1942, o Monumento ao Imigrante, localizado na Praça Centenário (Praça da imigração), foi depredado em protesto ao bombardeio pela Alemanha do navio brasileiro denominado Cairú.

A radicalização da nacionalização e o contexto da Segunda Guerra criaram um clima proibitivo às expressões culturais que destoassem do propósito de homogeneização da identidade nacional. Desse modo, as manifestações festivas em torno do 25 de Julho foram vivenciadas de modo contido. A data, que havia sido elevada ao estatuto de feriado estadual em 1934, não perdeu esta condição, mas passou a ser vista com um sentimento de desconfiança. Esse sentimento grassava há muito no contexto regional², estando também presente nas comemorações do centenário da imigração alemã. Com a campanha de nacionalização, fica só o espaço para a suspeita, o discurso disciplinador. A positividade do elemento germânico inverte-se ou traveste-se. A violência é justificada.

Esse foi o momento de construir uma nova memória para o município. Buscou-se construir uma memória coletiva utilizando imagens de um passado diferente

² Gertz (1991) ressalta o estudo de Helga Piccolo sobre a presença do tema da não integração nos discursos dos deputados da Assembleia Provincial.

daquele que foi construído na cidade desde 1924. Não só foram criadas novas imagens, como também as anteriores foram substituídas e imbuídas de outro sentido. Nesse contexto, podem-se verificar os desdobramentos de um processo de impedimento da memória, tal como refere Ricouer (2007) ao analisar o que denomina de “memória impedida”. Esta, segundo o autor, é uma forma de abordagem da memória que tem como parâmetro uma memória social que está na posição de recalque, portanto, oposta ao trabalho de rememoração. Assim, no contexto de nacionalização, podem-se ver as decorrências desse tipo de memória quando a memória relativa aos referenciais da identidade alemã deve ser recalçada.

Novos símbolos que demarcassem a identidade local foram selecionados pela municipalidade. O recado estava dado, era preciso celebrar outro passado, um passado voltado à identidade nacional. O processo de “invenção da memória” consistiu numa apropriação de formas materiais de comemoração nacional, novos monumentos na cidade, dedicados a heróis nacionais, mudança do nome de praças, entre outras medidas. A Praça Centenário, cuja memória remetia aos imigrantes alemães passou a ser identificada pela municipalidade, como Praça Tiradentes, figura selecionada para representar a identidade nacional. Dentre os monumentos construídos no período da nacionalização está o busto de Duque de Caxias, construído em 1939, e o monumento às Forças Armadas, inaugurado em 1946 (MÜLLER, 1979). A brasilidade passa a ser a referência dessas novas construções culturais.

CAUTELA NA CRIAÇÃO DE UM MUSEU VOLTADO À MEMÓRIA REFERENTE À IMIGRAÇÃO ALEMÃ

A partir do fim da Segunda Guerra, o reavivamento da memória anterior ao clima de conflitos passou a conquistar espaço na passagem do 25 de Julho. Em outras regiões do estado, a data já vinha sendo comemorada desde 1947 (WEBER, 2004). A partir de então, passou-se a reivindicar, com uma série de cuidados, a retomada dos símbolos que haviam sido destruídos, bem como a construção de novos, estando a criação de um museu da imigração entre estes. Assim, a relação entre memória e identidade passa a se fazer presente à medida que se sai do silenciamento para manifestar reivindicações que caracterizam o pertencimento étnico e a reivindicação da preservação do patrimônio cultural.

Aos poucos, os grupos silenciados pelo processo repressivo vão articulando ações para reavivar a memória obscurecida. É assim que se passa a reivindicar com

mais intensidade a restauração do monumento da Imigração Alemã, que havia sido depredado em 1942.

Em 1949, os eventos em torno do monumento, na então Praça Tiradentes, foram o momento alto da festividade (WEBER, 2004). Cabe frisar que o lugar escolhido para o fechamento dos festejos foi um local de grande simbologia, e o fato de o monumento ainda encontrar-se tal como havia sido deixado em 1942 tornava a solenidade mais peculiar. Naquele momento, o governador Walter Jobim falou sobre a depredação do monumento, empenhando-se pela sua reconstrução³. O monumento carrega consigo um componente ideológico na imagem de uma cidade (MENESES, 1985).

O monumento foi definitivamente concluído em 1953, depois de integrar várias polêmicas, sendo objeto de colunas ao longo do ano de 1951 na imprensa de São Leopoldo e Novo Hamburgo⁴.

Em 1951, Henrique Córdoba passou a escrever artigos num jornal da região numa série intitulada “Monumento do Colono”. O nono artigo foi endereçado ao governador Ernesto Dorneles, solicitando patrocínio para a restauração do monumento. Esse apoio, conforme Córdoba poderia justificar-se pelo potencial econômico da região, mas havia outra razão “mais alta e mais forte”⁵, qual seja, o patriotismo dos alemães que adotaram a nova pátria. Pode-se observar que a condição da brasilidade é posta como argumento, de modo que se pode preservar o patrimônio relacionado à identidade alemã, sem riscos. Em 1956, o Monumento ganha destaque com a instalação de projetores de luz na Praça⁶. Esta ainda tinha como denominação Praça Tiradentes e só em 1966 passou a chamar-se “Praça do Imigrante”⁷, identificação que tinha antes do período de nacionalização de Vargas.

Esses movimentos de recusa ao esquecimento demonstram que houve uma tentativa de conquistar espaço, e para tal o indicativo é evitar qualquer mal-entendido dado o contexto pós-nacionalização.

Dentre os novos símbolos construídos, está um museu. Em 1950, por ocasião da passagem do 25 de Julho, um articulista local sugeriu a criação de um museu:

³ Anuário Der Familienfreund, de 1953. MHVSL.

⁴ Pode-se ver isto nas colunas “Monumento ao Colono” de Henrique Córdoba, publicadas no Correio de São Leopoldo e no Jornal 5 de Abril do referido ano.

⁵ 5 de Abril, Novo Hamburgo, 20 mar. 1951.

⁶ Folha de Notícias, São Leopoldo, 26 out. 1956.

⁷ Vale dos Sinos, São Leopoldo, 29 jul. 1966. No discurso que marcou o evento que deu nova denominação à Praça, o orador Ulrich Saenger não fez menção ao nome da praça anteriormente.

Museu Histórico Social do Município de São Leopoldo. É lógico que acompanhamos com júbilo o desenvolvimento de nossas coisas e estamos satisfeitos que certas ideias de germanismo renitente estejam se apagando [...]. Mas manter a tradição pelo que tem de original e pitoresco e aclarar a História, não podem nunca ser confundidos com o aplauso a ideias insidiosas. Nesse são e desinteressado sentido de cultura [...] ⁸.

O contexto parece não ser adequado para que o articulista, que assinava por *Noumenon*⁹, utilizasse argumentos tão comuns em momentos anteriores ao contexto de nacionalização, quando a memória coletiva do grupo étnico alemão era manifesta através de discursos de auto-enaltecimento. O próprio sentido do pseudônimo utilizado por Moehlecke permite que se afirme que os desdobramentos de um processo de impedimento da memória (RICOUER, 2007) ainda se fazem presentes, de modo que seja comum buscar uma conciliação com grupos locais que poderiam entender a proposta de criação de um museu da imigração como “insidiosa”. Assim, o proponente da criação de um museu reitera que se trata de um “desinteressado sentido de cultura”, expressando na identificação do museu, a identidade local e não de um grupo específico: Museu Histórico Social do Município de São Leopoldo.

Algumas fontes indicaram que a ideia de criação de um museu na cidade esteve presente antes da década de 1950. Já em 1924, a *Deutsche Post*, ao lamentar o confisco e posterior venda, por autoridades que estiveram em Sapiranga, de um bracelete que teria pertencido a Jacobina Maurer, líder do movimento Mucker. Conforme o noticiado, esse material poderia ser guardado no museu que se pretendia instalar na Casa do Imigrante na Feitoria¹⁰.

Também por ocasião da montagem de uma exposição nas comemorações do centenário da imigração alemã o jornal local, *União*, reiterando a solicitação da *Deutsche Post*, convocou a população a reunir documentos esparsos nas casas de familiares, uma vez que João Correia, eleito para a administração do município, pretendia organizar, conforme a imprensa, seções de estatística, arquivo e biblioteca¹¹.

⁸ Correio de São Leopoldo, São Leopoldo, p. 2, 20 jul. 1950.

⁹ Pseudônimo utilizado por Germano Oscar Moehlecke. Em entrevista concedida, Germano informa que usou o termo com o sentido de não dar o nome *Noumenon* como derivando de “Nomenão” e lembrou que só mais tarde foi conhecer o termo como ligado aos estudos do filósofo Kant. Conforme Moehlecke, ele utilizou esse pseudônimo por cerca de 20 anos, sendo que algumas pessoas sabiam que era ele quem usava tal pseudônimo. Cabe observar que em nenhum momento Moehlecke associou seu ocultamento como algo que tivesse relação com o contexto político pós-nacionalização.

¹⁰ Somente na década de 1980 é que se tem a fundação de um museu no Bairro Feitoria. No local onde foi fundada a Feitoria do Linho Cãnhamo, em 1788 e que abrigou os primeiros imigrantes alemães que vieram para a Colônia de São Leopoldo, em 1824.

¹¹ União: Orgam Republicano, São Leopoldo, n.29, 20 set. 1924.

A *Deutsche Post* solicitou que a população confiasse objetos e documentos antigos para a exposição. No entanto, naquele momento, a ideia de criação de um museu não foi levada adiante.

Quando foi fundado um museu na cidade, em 1959, Germano Moehlecke, ainda utilizando pseudônimo, diz ter sugerido a criação de um museu histórico em 1946, quando era comemorado o centenário da cidade: “creio que naquela ocasião diversos fatores impediram que se tornasse realidade esta sugestão”¹².

Num relato mais recente acerca da formação do Museu, um de seus fundadores, Telmo Lauro Müller, que ocupa o cargo de diretor do Museu desde a sua criação, em 1959, até o ano 2000, situa a concepção de um museu da imigração como uma ideia que partiu de suas experiências enquanto acadêmico do curso de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conforme relata Müller:

Em 1959 eu participei do Congresso Brasileiro de Folclore, em Porto Alegre, na UFRGS, organizado e liderado pelo professor Dante de Laytano que era meu professor na universidade. E durante os três dias desse Congresso Brasileiro de Folclore, não houve um único trabalho sobre a presença do elemento Teuto-brasileiro. Eu saí de lá convicto de que tinha que se fazer alguma coisa, porque não era possível que esse elemento não tivesse uma presença na história, na cultura e no folclore do Rio Grande do Sul. Foi a partir dali que eu fiz o movimento para que se fundasse um museu da imigração alemã que guardasse essas coisas e no dia 20 de setembro de 1959 nascia o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, do qual eu sou diretor¹³.

Müller aponta para o cenário em que se processava a construção da memória institucional do Rio Grande do Sul, o que, conforme Letícia Nedel (1999) teve uma longa duração e contou com o aparato governamental como elemento importante. Esta autora apresenta como um tema de seu estudo a forma como se processou a construção da identidade regional no contexto da integração do estado do sul ao restante do país. Nesse contexto, há um debate entre a intelectualidade regional em torno da questão da definição da identidade cultural do estado.

Apesar da crítica que Müller fez a Dante de Laytano, pela não inclusão da temática teuto-brasileira na pauta do Congresso Brasileiro de Folclore, cabe referir que no cenário estadual, Dante de Laytano, teve um papel significativo ao considerar a diversidade étnica presente na cultura regional, e não só na ampliação da memória regional, quando vai defender a integração de estudos folclóricos no âmbito científico.

¹² Jornal São Leopoldo, São Leopoldo, 29 ago. 1959.

¹³ Entrevista realizada pela autora.

Laytano teve presente essas diretrizes quando administrou o Museu Júlio de Castilhos, que representa o “Museu do Estado”, no período de 1952 a 1958 (NEDEL, 1999).

Nedel (1999) analisa que a política nacional de revalorização das raízes portuguesas no âmbito estadual estava representada pela produção dos intelectuais que atuavam no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. No entanto, nos anos 1950, a posição então hegemônica desse grupo parece ser desestabilizada a partir da atuação de Dante de Laytano, membro daquele instituto:

Sob seu ponto de vista a legitimidade “cultural” do estado no conjunto da federação deveria se dar não por um lusitanismo monolítico, como propunham Othelo Rosa e Moysés Velinho, nem apenas pelo peso relativo da proximidade com o Prata na cultura regional [...], mas pela via da diversidade cultural e racial que, como ao próprio Brasil, o caracterizaria (NEDEL, 1999, p. 173).

Conforme Nedel (1999), apesar de Laytano assinalar a diversidade étnica rio-grandense, o que equivaleria à “riqueza” do seu patrimônio folclórico, sua presença seria periférica, como demonstra a citação:

[...] a herança que persiste no gaúcho é exclusivamente luso-brasileira. O gaúcho-brasileiro [...] é de formação autônoma, e não se deve confundir-lo com outros gaúchos. [...] E o folclore gaúcho repousa compacto nas etnias dos povoadores. Houve espanhóis e rio-platenses, porém, em número limitado. O índio e o negro montaram o arcabouço deste folclore gaúcho, um folclore nitidamente luso-brasileiro, nossas puras raízes. O espanhol e o rio-grandense ou as etnias alemãs, italianas ou polonesas completam o quadro, mas não o modificam. Acrescentam, mas não tocam no cerne, no fundo, na origem. [...] O predominante vem do início da formação do Rio Grande. (LAYTANO apud NEDEL, 1999, p.221).

É nesse contexto que Telmo Lauro Müller procura inserir a identidade cultural teuto-brasileira no Rio Grande do Sul e manifesta um sentimento de indignação frente à hegemonia do grupo que procurava dar ao estado a uniformidade em torno da identidade cultural lusa.

Ao longo de 1959, a ideia da construção de um museu toma forma. *Noumenon* conclama a sociedade no sentido de pressionar a municipalidade para a construção de um museu que “resgate os valores humanos exaltados nos imigrantes”¹⁴. A participação da comunidade parecia ser fundamental para a concretização do museu. É nesse sentido que entendemos as palestras sobre museus em geral que eram proferidas por

¹⁴ Jornal São Leopoldo, São Leopoldo, 29 ago. 1959, p.3.

Telmo Lauro Müller para diferentes públicos. Inclusive, conforme informou um jornal, a coleta de material já estava sendo efetuada no mês de abril¹⁵.

Entre julho e setembro, realizaram-se reuniões em Novo Hamburgo e São Leopoldo para a criação de um museu. Um grupo de industriais, comerciantes e intelectuais de São Leopoldo teve reuniões com prefeitos de diversos municípios da região a fim de efetivar a formação de um museu, que deveria ter o caráter de museu regional de imigração. Pode-se analisar essa mobilização como um empreendimento que tem como base o pertencimento étnico.

Na segunda reunião, realizada em 22 de agosto de 1959, foi criada a comissão responsável pela elaboração do anteprojeto dos estatutos do Museu¹⁶. Dentre os pontos a serem definidos nas reuniões, estavam a elaboração do estatuto, a escolha do local e a denominação do Museu. Dentre os nomes cogitados, listavam-se: 25 de Julho, Feitoria Velha, Visconde de São Leopoldo e Museu da Imigração. Embora o local da instalação do museu não tivesse sido definido, o que só ocorreu em setembro, o dia e o local de sua fundação foram declarados em agosto: 20 de setembro, data farroupilha, como se fez questão de frisar, no Salão Nobre da Prefeitura de São Leopoldo. Obviamente, o grupo representativo do município de São Leopoldo movimentava-se no sentido de garantir a instalação da sede do Museu.

Cabe reter dois aspectos significativos que parecem indicar simbolicamente o caráter conciliatório da criação do Museu naquele contexto, após tempos conturbados. Um deles refere-se à própria denominação do Museu, Visconde de São Leopoldo, que remete às raízes históricas do Rio Grande do Sul, e o outro diz respeito à data de fundação, 20 de setembro, que igualmente tem significado regional.

O Museu teve, então, seu ato de fundação em 20 de setembro de 1959. O orador do ato foi Dante de Laytano, professor de Müller, que, embora criticado por esse por não incluir a temática da imigração alemã no Congresso Brasileiro de Folclore conforme citado anteriormente, apresenta sua importância para o ato. É Laytano, enquanto professor universitário e reconhecido da diversidade étnica regional, quem legitima o espaço criado, demonstrando mais uma vez a tentativa de distanciar a proposta da criação do Museu de um ato que pudesse ser mal-visto pela comunidade.

Conforme o jornal local, “dez municípios, representantes de uma grande região, confiaram no dinamismo e no espírito de cultura da cidade de São Leopoldo”¹⁷. Em

¹⁵ Jornal São Leopoldo, São Leopoldo, 23 abr. 1959, p.1.

¹⁶ Comissão presidida por Telmo Lauro Müller e composta por: P. R. Saenger, Padre Urbano Thiessen, Genil Ruperti, Alfredo Marotzky, Almiro Lau e Leopoldo Petry. Ver: São Leopoldo, 29 ago. 1959, p.6.

¹⁷ São Leopoldo, 19 set. 1959, p.6.

setembro de 1959, é instituído o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, com o apoio de dez municípios da região: Campo Bom, Feliz, Montenegro, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Rolante, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga e Taquara, com a subvenção do Instituto Nacional de Imigração e Colonização¹⁸.

O estatuto da entidade o define como órgão semi-público, dado que foi fundado por prefeituras da região; no entanto, seu caráter de entidade particular comumente era e é expresso pelos seus fundadores. “Por múltiplas razões desistiram de fazer dele uma instituição oficial. Todos os descendentes de imigrantes – e quem no Brasil não o seria? – homens e mulheres imbuídos de amor para com a História, todos eles seriam os legítimos mantenedores¹⁹”. Assim, se pode ver a configuração do museu enquanto espaço de produção de identidade (MENESES, 1993).

Ao museu, cabia a responsabilidade de coletar e preservar o acervo referente à colonização alemã. Contudo, com o tempo, passou a reunir também o acervo público de fundos administrativo e legislativo da cidade de São Leopoldo. Atualmente, o museu é composto por um acervo de aproximadamente 5.000 peças que abrangem desde objetos de uso pessoal a instrumentos musicais; fotografias, jornais e biblioteca, com temas que versam sobre imigração alemã; documentação de fundo municipal, de 1846 até a década de 1950. Este último grupo diz respeito a um acervo de caráter público que, frente ao descaso das sucessivas municipalidades, foi facilmente “depositado” no museu²⁰. Assim, embora o museu tenha sido criado com o propósito de voltar-se ao acervo da imigração alemã, passou, de certo modo, a confundir-se enquanto Museu da cidade à medida que foi incorporando um acervo sobre ela (WEBER, 2006).

Assim, o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, atua na gestão da memória relacionada aos imigrantes alemães, tendo um papel importante na glorificação de um grupo, o que é próprio de alguns museus, como analisa Meneses (1994), e também se configura como um espaço de conflitos na gestão da memória.

Pode-se ver, em torno da criação do espaço do Museu, um processo de patrimonialização que tem como ponto de partida a consciência patrimonial surgida

¹⁸ Em 1964, houve uma manifestação curiosa de Telmo Lauro Müller. Frente a um trabalho realizado sobre o Museu por uma turma da Escola Normal Evangélica, cujo título se referia ao museu como sendo de São Leopoldo, Telmo envia uma carta ao jornal, que é publicada na capa, onde frisa que o museu não é só de São Leopoldo, mas também de nove outros municípios (Vale dos Sinos, São Leopoldo, p. 3, 11 set. 1964).

¹⁹ O artigo assinado por R. Saenger, um dos membros da comissão que elaborou os estatutos do museu, foi publicado no jornal São Leopoldo, 14 maio 1960, p.2.

²⁰ Além do acervo referido o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo conta com uma biblioteca com aproximadamente 3.000 mil volumes, e um acervo com doze mil fotografias e uma coleção de periódicos do século XIX.

em uma situação de trauma (FRIAS, 2006), caracterizado, nesse caso, pela ruptura que se deu no contexto da nacionalização e da Segunda Guerra.

Nos anos que se seguiram à fundação do Museu, uma grande campanha foi feita para angariar o que podemos chamar de “memória privada”, permitindo a constituição de uma memória coletiva e pública e a reconstrução da identidade de um grupo. Conforme Müller:

O Museu foi fundado em tempo: é constritor ouvir-se [...] o relato sobre o que eles já puseram fora ou o que se perdeu. E muito mais estava por se perder: as novas gerações não mostram maior interesse pelas coisas antigas. Mas não as culpemos: as casas modernas e os apartamentos não dispõem de lugar para guardar velharias sentimentais. E, além disto, guardadas individualmente em casa, não têm valor algum²¹.

O objetivo de “preservar da perda, esquecimento e destruição tudo o que se relaciona com a nossa imigração e colonização” consta no texto publicado no Diário Oficial quando da criação jurídica do museu²². O momento era aquele, pois muito já havia sido perdido, embora ninguém politizasse essa fala a ponto de trazer à tona o que se perdeu no momento da Campanha de Nacionalização. A memória deve passar a ser, portanto, coletiva, exteriorizada, e cabe aos articuladores do museu prestar contas do que há em seu acervo. Por isso, nos dois anos iniciais do museu, encontramos com frequência no jornal local notas sobre as doações que o museu recebia. Tem-se aqui a configuração de uma “memória obrigada” (RICOUER, 2007), em que Müller tem o papel de convocar os voluntários, membros da comunidade, para constituir um acervo que se volta não só para o passado.

O relato de Müller parece apontar para um momento de enfraquecimento da consciência histórica da comunidade de descendentes de alemães. Ao mesmo tempo em que lamenta, conforma-se diante da solução que implica fortalecer o grupo através da reunião de memórias individuais que se tornarão significativas, tanto mais que a criação do museu não é um ato isolado. A retomada das festas, publicações e edições especiais sobre a imigração caracterizam um novo cenário, propício à reformulação identitária, em que o Museu atua de forma militante, permitindo que os descendentes de alemães pudessem, no contexto do pós-guerra, celebrar o seu passado, reconstruindo-se.

Em novembro de 1960, o então embaixador alemão, em sua estada em São Leopoldo, visitou o Museu, parecendo ter enfatizado o tom do contexto: “o imigrante e

²¹ MÜLLER, Telmo Lauro. In: São Leopoldo, São Leopoldo, 23 abr. 1960, p.2.

²² Diário Oficial, 28 jan. 1960.

o seu descendente deve ser brasileiro, e nada mais do que brasileiro”²³. Ou seja, fica mais uma vez clara a ideia de que a criação do museu não poderia parecer ou servir para interesses que pudessem vir a negar a “brasilidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a Campanha de nacionalização e Segunda Guerra Mundial, viram-se presentes, em São Leopoldo, diferentes manifestações no sentido de retomar a caracterização da cidade pelo viés da identidade alemã, de modo a legitimar a memória de um grupo. Isso pode ser visto através da retomada dos festejos do 25 de julho, da retomada de símbolos destruídos e pela construção de um museu da imigração. A construção do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo se deu numa conjuntura em que identidade local e étnica são reconstruídas em conformidade com os contextos.

Antes do período da nacionalização chegou a se pensar na construção de um museu voltado à imigração. No entanto, não houve mobilização que efetivasse tal ideia. Foi no pós-nacionalização que há o empenho nesse sentido.

Os indícios da repressão e do clima de desconfiança presente no período de nacionalização se faz presente em vários momentos da institucionalização do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, mesmo tendo se passado mais de uma década deste período. A experiência do impedimento da memória caracterizada pela não possibilidade de manifestações étnicas alemãs, marcou o processo de implementação do Museu.

Abordar a história local incluindo os descendentes de alemães exigiria uma explicação para que não houvesse identificação de qualquer ação que negasse a brasilidade ou que pudesse gerar mal-entendidos nesse sentido. Assim, no processo de criação do museu, a brasilidade foi afirmada através da seleção simbólica da data do 20 de setembro e da presença de Dante de Laytano como legitimador do ato. O que permitia colocar na cena estadual o grupo dos alemães e descendentes, sem que a criação do museu fosse identificada como ação de negação da brasilidade.

REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, P; STREIFF FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

²³ São Leopoldo, São Leopoldo, 19 out. 1960.

EGGERS, José Carlos; LINCK, Márcio. (Coords.) **Museu Histórico Visconde de São Leopoldo: 50 anos de história**. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012.

FRIAS, Aníbal. Disponível em: <<http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta091.PDF>>.

“Patrimonialização” da Alta e da Praxe académica de Coimbra. Acesso em: 14 jun. 2006.

GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

GODINHO, Paula. **Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema**. Disponível em: [http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/ Paula Godinho.pdf](http://www.esa.ipb.pt/estudosrurais/Pdfs/Paula%20Godinho.pdf)> Acesso em: 15 de maio de 2006.

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Caxias do Sul: EDUSC, 1991.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento) In **Anais do Museu Paulista**. Nova série, nº 1, 1993, p. 207-222.

_____. O museu na cidade X a cidade no museu: para uma abordagem histórica dos museus de cidade. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.5, nº 8/9, set.1984/abr.1985, p. 197-205.

MÜLLER, Telmo Lauro. **Monumentos em São Leopoldo**. [s.1.:s.n.], 1979.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da Província**: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinquenta. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em História) Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL-Instituto de Filosofia e Ciências Sociais- UFRJ.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo. n.10,dez.1993, p.7-28.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:Globo, 1969.v.2.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul**: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924/1949. Novo Hamburgo, FEEVALE, 2004.

_____. **Mosaico Identitário: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica – RS**. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

ENTREVISTAS

MÜLLER, Telmo Lauro. **Entrevista** concedida a Roswithia Weber. São Leopoldo. abr.1997. In Núcleo de estudos e de integração de pesquisas em história oral (NEIPHO)- UNISINOS.

MOEHLECKE Germano Oscar. **Entrevista** concedida a Roswithia Weber. São Leopoldo: 02 jul. 2004. Gravação em fita cassete.